

Plano Mais Brasil PPA 2012 2015

Dimensão Estratégica

Relatório das Oficinas de Avaliação
- Ano Base 2013

Eixo: Políticas Sociais

TRANSIÇÃO DEMOGRÁFICA NO BRASIL:
POSSIBILIDADES E DESAFIOS PARA AS POLÍTICAS



Ficha Técnica

Oficina: Transição demográfica no Brasil: possibilidades e desafios para as políticas.

Eixo: Políticas Sociais.

Data: 03/12/2013, de 10 às 17 horas.

Local: ENAP. SAIS Área 2A, Sala 5, térreo - Setor Policial Sul – Brasília, DF

Secretária da SPI/MP: Esther Bemerguy

Diretora da SPI/MP: Ana Lucia Starling

Coordenador Geral: Ricardo Bielschowsky

Coordenador Técnico: Helder Rogério Sant'Ana Ferreira

Relator: Sérgio Oswaldo de Carvalho Avellar

Participantes¹: Ana Maria Vasconcelos (Universidade de Brasília), Cláudio Pompeu (Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial), Eliana Graça (Secretaria Especial de Políticas para Mulheres), Frederico Melo (Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos), Suzana Cavenaghi (Escola Nacional de Ciências Estatísticas – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) e Wasmália Bivar (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística).

¹ A Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (SPI/MP) agradece a participação dos debatedores convidados e demais técnicos e colaboradores que estiveram presentes à oficina. O objetivo deste relatório é levantar questões e oferecer subsídios para discussões sobre o tema por governos e pela sociedade. As opiniões aqui contidas não expressam necessariamente posições institucionais da SPI/MP ou das demais instituições representadas, nem refletem obrigatoriamente concordâncias plenas de todos os participantes da oficina.

Questões Orientadoras do debate

1. As políticas sociais brasileiras estão adequadas às expectativas de transformações demográficas esperadas para as próximas décadas?
2. Quais alterações nas políticas sociais se fazem necessárias para enfrentarmos os desafios e oportunidades associados às transformações demográficas esperadas para as próximas décadas no Brasil?

Sugestões para o debate

- Como orientar a política educacional de modo a aproveitar melhor a janela de oportunidades, considerando as transformações demográficas das próximas décadas?;
- Como se dará o financiamento da saúde para manutenção de um sistema universal e gratuito, dado o aumento significativo dos gastos com média e alta complexidade, devido ao envelhecimento e mudanças no perfil epidemiológico da população? Estamos formando profissionais suficientes para essas áreas? Haverá necessidade de adequar ou ampliar a infraestrutura física?;
- Considerando o crescimento do número de beneficiários da previdência e o aumento da longevidade dos segurados, como pode ser feito o financiamento do sistema?;
- Considerando um aumento expressivo de idosos para as próximas décadas e consequente pressão sobre o sistema previdenciário, haverá necessidade de mudanças na legislação previdenciária? É razoável pensar no aumento da idade mínima e do tempo de contribuição, no incentivo ao adiamento da aposentadoria, ou na redução do número de beneficiários do sistema público? Quais alternativas o sistema privado pode oferecer?;
- O aumento da longevidade aliado à mudança no perfil epidemiológico da população (prevalência de doenças crônicas) e às mudanças nos arranjos familiares aponta para a necessidade de se redefinirem as políticas deste setor. Como

prevenir, ou pelo menos atenuar, o desamparo das gerações mais idosas?

Introdução

A população brasileira alcançou em 2010 a marca de 190 milhões de habitantes, segundo o Censo Demográfico. Em comparação com o Censo 2000, apresentou um crescimento relativo de 12,4%, menor que o da década anterior, de 16,4%.

Este contexto de retração do crescimento populacional tem sido acelerado por um declínio rápido dos níveis de fecundidade, chegando a taxa de fecundidade abaixo do patamar de reposição neste início do século XXI.

Conseqüentemente, a transição da estrutura etária, ainda que esteja diminuindo a proporção de jovens e aumentando a dos idosos, possibilitará o crescimento da população em idade ativa (PIA), acompanhando a população total, que ainda se manterá até 2040, quando, segundo projeção do IBGE, terá início um crescimento negativo da população brasileira, o que demonstra a transição demográfica acelerada que o Brasil está experimentando em todas suas regiões.

Essa mudança de estrutura etária levará o Brasil, durante algumas décadas, a uma substancial redução das razões de dependência dos estratos mais jovens e, ainda, baixa razão de dependência dos idosos em relação à população em idade ativa, o que caracteriza um período que a literatura demográfica denomina de “janela de oportunidades”, quando a ampliação da população em idade ativa representa um “bônus demográfico”, podendo interferir positivamente na capacidade de geração de riqueza de um país.

Estudos indicam, entretanto, que na passagem dos anos 2030 para 2040 essa razão de dependência deverá aumentar, em razão do aumento da participação da população idosa, encerrando esse ciclo de “bônus demográfico”. Sendo assim, os efeitos benéficos do bônus sobre a economia nacional só serão duradouros se a sociedade souber aproveitar as oportunidades e se preparar para enfrentar os novos desafios dela decorrentes.

Quanto aos desafios, não se trata, apenas, de garantir a melhoria da qualidade de vida dessas gerações, mas de sustentação, de forma

equilibrada, de toda a sociedade, pois caberá às novas gerações, no médio prazo, como componentes da população em idade ativa, a responsabilidade por um bom desempenho da economia, principalmente do ponto de vista da produção. A qualificação da futura força de trabalho e reformas institucionais na área da seguridade social, para conviver com altas e sustentadas taxas de dependência de idosos, tornam-se componentes imprescindíveis para um equilíbrio intergeracional, social e econômico, mais justo.

O tamanho das populações com menos de 15 anos, muito provavelmente diminuirá até 2050, embora os vários subgrupos etários envolvidos experimentem taxas de crescimento oscilantes. A diminuição oferecerá oportunidades demográficas claras para se chegar a uma educação, nos níveis fundamental e médio, universal e de qualidade. Para atingir este objetivo, torna-se essencial um novo modelo educacional, com flexibilidade suficiente para permitir que sejam antecipadas as variações de demanda geradas pelas oscilações populacionais.

No entanto, o próprio processo de mudanças socioeconômicas, dentro do qual se dá a transição da fecundidade, pode mudar as características da demanda, minimizando ou anulando a vantagem da diminuição do número ou do peso relativo das pessoas em grupos etários que são objeto de políticas públicas específicas. Um exemplo típico é a demanda por educação infantil, que pode aumentar desproporcionalmente à variação do número de crianças, devido, entre outras razões, ao crescimento da participação feminina na força de trabalho.

Por outro lado, o aumento absoluto e relativo da população idosa exigirá foco da saúde pública nas políticas de prevenção, centralizando-se nas doenças crônicas que, sem atenção médica, muito frequentemente geram incapacidades. Entre as outras prioridades está a formação de recursos humanos para serviços geriátricos e gerontológicos, desde o nível primário de atenção à saúde até tratamentos de alta complexidade.

Também esse maior contingente de idosos com esperança de vida prolongada, mas com possível redução de suas capacidades funcionais, vai necessitar de geração de recursos e de construção de infraestrutura que permitam um envelhecimento ativo e de serviços públicos de atendimento e cuidados domiciliares – serviço ainda não prestado pelo Estado brasileiro.

Percebe-se que a análise do impacto das mudanças no padrão demográfico brasileiro sobre as estruturas etárias da população é

fundamental para se pensar as possibilidades e desafios relacionados às políticas sociais no país, principalmente em relação aos serviços que os governos e sociedades devem prestar aos distintos grupos de cidadãos, sejam crianças, jovens, adultos ou idosos. Todas essas questões devem ser consideradas pelo planejamento governamental, seja no curto, médio e no longo prazo.

Diagnóstico

A oficina na parte da manhã iniciou-se com a exposição da questão “As políticas sociais brasileiras estão adequadas às expectativas de transformações demográficas esperadas para as próximas décadas?”. Todos os participantes afirmaram que não. As políticas públicas, salvo algumas exceções no nível federal e no discurso das políticas, não levam em consideração as variáveis demográficas, mesmo estas tendo uma grande precisão em suas projeções no médio prazo, o que demonstra a sua confiabilidade para auxiliar a elaboração de políticas públicas. É o caso, por exemplo, das políticas urbanas, as quais não levaram em consideração os conhecimentos demográficos sob a migração rural-urbana, bem como os movimentos pendulares. Foi ainda observado que os demógrafos não são chamados para discutir políticas públicas pelo governo e as políticas tendem a ser inadequadas por falta de conhecimento. Um dos debatedores ressaltou que a demografia pode auxiliar os gestores municipais/estaduais/federais a planejar de forma mais racional.

Questões demográficas

Como no Brasil o processo de transformação demográfica ocorreu de forma muito mais acelerada do que nos países desenvolvidos (que foram fazendo reformas previdenciárias e implantando políticas de cuidado de idosos), as políticas públicas têm tido dificuldade para atender as novas demandas da sociedade. O Brasil está enfrentando novos desafios, sem ter vencido os velhos, como pobreza e desigualdade, os quais inclusive muitas vezes dificultam a implementação de políticas sociais robustas; mesmo reconhecendo que programas como o Bolsa Família têm conseguido atingir negros e mulheres pobres. Não há

“bônus demográfico” se não houver oportunidades de trabalho e educação. Mesmo assim, em algumas áreas (educacional e previdência social) as políticas conseguiram dar respostas mais rápidas e adequadas às diversas transformações que a sociedade brasileira vem passando.

As políticas públicas devem ser focadas para atender determinados grupos populacionais, como por exemplo a população idosa, pois esta terá um crescimento acelerado nos próximos anos. Portanto, há necessidade de políticas específicas para atender a sua demanda (como em lazer) e para equacionar os impactos em termos de saúde e previdência.

As mulheres em idade fértil também devem ser priorizadas, tanto no aspecto do mercado de trabalho quanto no atendimento no sistema de saúde. Foi mencionado que falta atenção básica materno-infantil e indicado que em municípios com menos de 20 mil habitantes as mulheres estão fazendo o parto em outro município. Foram lembrados os muitos casos de gravidez não planejada na adolescência e as dificuldades das mulheres em conciliar carreira e maternidade. Houve quem defendesse que é necessário pensar na integralidade da saúde da mulher, levando em consideração também as mulheres que não querem ter filhos. Também foi defendida a educação sexual nas escolas e apontado o problema de adolescentes que abandonam a escola por gravidez.

Defendeu-se também que se deve procurar ampliar e melhorar a qualidade no atendimento do Sistema Único de Saúde (SUS) para as mulheres. Também foi destacado por um dos participantes a necessidade de se rever o fator previdenciário, pois este penaliza duplamente as mulheres que fazem jornada tripla (responsáveis pela residência, trabalham fora e cuidam das crianças e dos idosos). Também foi lembrada a importância de políticas igualitárias de gênero e para o cuidado com crianças e os problemas de políticas que reforçam o papel da mulher como cuidadora.

Na questão dos idosos, os participantes destacaram ser necessário criar uma carreira para os “cuidadores de idosos”, dando a este profissional uma formação educacional satisfatória, e condições salariais e previdenciárias atrativas. Essas medidas atenuarão a carga que atualmente recai sobre as mulheres, especialmente as mais pobres, além de atender de forma satisfatória esta crescente parcela da população brasileira. Foi mencionado que as mulheres vão continuar cuidadoras, depois de cuidar dos filhos têm que tratar dos idosos. A própria política de saúde de “des-hospitalação” de pacientes, sobrecarrega as mulheres.

Alguns dos participantes destacaram também a necessidade de se pensar em políticas públicas para os homens, pois atualmente este gênero não é o foco da atenção de nenhuma política social. Um dos participantes lembrou que o grupo de jovens, homens e negros é o que mais sofre com homicídios, enquanto os jovens homens são os que mais sofrem acidentes de trânsito fatais. Houve ainda quem mencionasse que está crescendo o hiato de gênero na educação, com os homens tendo pior desempenho, o que sugere a necessidade de políticas específicas para lidar com essa questão.

Foi mencionado que é preciso uma grande atenção quanto à fecundidade. Atualmente a Taxa de Fecundidade Total (TFT) no Brasil está abaixo do nível de reposição, situação esta que coloca o país no mesmo nível de diversas nações europeias e do Japão. Alguns países (Portugal, Espanha e Alemanha, por exemplo) têm implementado ao longo dos últimos anos políticas públicas (transferência de renda, ampliação dos direitos a maternidade para mulheres e homens etc), com o intuito de elevar a TFT da população. Porém, a TFT nestes países não tem apresentado um crescimento satisfatório.

A TFT apresenta diferença entre os diversos grupos populacionais, porém essa diferenciação ocorre principalmente quando consideramos as variáveis de renda e educação. Há uma correlação negativa entre as variáveis: quanto maior é o nível de renda e educacional de um grupo de mulheres, menor tende a TFT; e é justamente na população com maior renda e escolaridade que estamos abaixo da taxa de reposição. Há uma diferenciação (significante) na TFT quando comparamos as raças. Nesta questão houve divergências de ponto de vista entre os participantes, porém não houve um aprofundamento no debate.

Uma alternativa sugerida, para elevar a TFT no Brasil, é recorrer a migração internacional. Porém, para que esta seja utilizada de forma plena, será necessário rever a política brasileira de migração, a qual é muito restritiva neste momento. Quanto a isso, foi mencionado que o país não equaciona bem a questão da imigração (vide as resistências à migração haitiana e os casos de situação análoga à escravidão de trabalhadores bolivianos).

Sugeriu-se que se deve implementar políticas públicas que garantam ampliação dos direitos das mulheres gestantes, estimulando assim a ampliação da TFT.

Há problemas também quanto à gestão do território. Há, por exemplo, cidades brasileiras que estão com redução da população

por questões vegetativas e não de migração. Essa redução da população afeta inclusive o financiamento dos municípios. Além disso, há muitos municípios brasileiros praticamente só com idosos e crianças. Também há problemas em políticas como a de segurança, em que o fenômeno é contínuo e não respeita as fronteiras de estados. Vários debatedores concordaram com a necessidade de se criar um Plano Diretor de uso e ocupação do território nacional, pois de posse deste documento será possível estimar a oferta e demanda por serviços públicos, permitindo aos agentes públicos projetar a necessidade da população de forma antecipada. Esse plano poderá auxiliar as pequenas cidades a se tornarem mais atrativas, evitando que haja um afluxo de grandes populações em direção às grandes cidades. Também foi defendida a questão da inserção produtiva e a necessidade de integrar o desenvolvimento econômico e o social. Por fim, foi também defendido o alinhamento do planejamento territorial dos três entes da federação.

Foram ainda mencionadas as dificuldades metodológicas para se projetar as migrações internas. Não é possível medir a migração com a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, porque o tamanho da amostra não permite fazê-lo nem em nível de estado. Seria necessário melhorar a análise de registros, como o de domicílio eleitoral, para fazer essas projeções. Quanto a se medir a migração internacional, há uma grande dificuldade por conta da migração ilegal.

Sobre as migrações internas, segundo o último censo demográfico, elas estariam ocorrendo do interior dos estados das regiões Norte e Nordeste para as suas capitais. Tal migração estaria ocorrendo entre indivíduos que não encontram nenhuma oportunidade no seu local de nascimento. Houve quem mencionasse a necessidade de uma política de migração interna.

Quanto a percepção mais otimista ou pessimismo em relação ao futuro, a convergência maior foi de pessimismo, pois há muitos problemas a serem enfrentados e o ritmo das mudanças nas políticas é lento. Mas foi reconhecido que há tempo para a adaptação das políticas ao envelhecimento populacional e para fazer uma transição de uma estrutura econômica que está voltada para o crescimento populacional para outra com redução da população. Também foi lembrado que migrações internas podem ajudar a equilibrar as coisas.

Previdência

Foi mencionado que a situação da previdência social está se deteriorando com o crescente envelhecimento e a recente política de desoneração tributária das contribuições previdenciárias, apesar do aumento da formalização e da população estar contribuindo cada vez mais cedo. Lembrou-se que várias países europeus têm aumentado a idade mínima da aposentadoria e que com o aumento do gasto vai ter-se que buscar financiamento, aumentar o tempo de contribuição e o tempo para se aposentar.

Houve aqui uma divergência polarizada. Houve quem mencionasse que a Constituição Federal estabeleceu uma ampla base para o financiamento da seguridade social, mas que tem sido precarizada com políticas como a Desvinculação de Receitas da União. Com as mudanças demográficas, a forma de financiamento precisa ser revista. Mas com o aumento de produtividade a sociedade pode fornecer recursos para o sistema. Também foi defendido que se deve manter um princípio de justiça no sistema previdenciário. Afinal, há muitas pessoas que começaram a trabalhar muito cedo, em situação informal e muitas vezes insalubre, inclusive os beneficiários da Previdência Rural. Nesse sentido, uma reforma não deveria aumentar a desigualdade, mas trazer mais justiça. Também foi criticado o fator previdenciário, o qual teria atingido principalmente as mulheres.

Saúde

O sistema de saúde brasileiro enfrenta problemas presentes em países ricos e pobres: temos ainda problema com as doenças infectocontagiosas e já temos um quadro preocupante em relação às doenças crônico-degenerativas. Portanto, a abordagem para superar esses gargalos deve ser diferenciada. O Ministério da Saúde também já tem trabalhado a regionalização da saúde. Praticamente, não se precisa construir mais hospitais, salvo para melhor distribuí-los no território. Para reduzir a superlotação nos hospitais, foi sugerido a ampliação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs) em todas as unidades da federação.

Quanto a recursos humanos, defendeu-se que não faltam médicos no Brasil, mas não se consegue distribuí-los no território. Foi mencionado que a Justiça consegue distribuir Juízes no território. Uma sugestão apresentada foi a criação de uma carreira. Também foi diagnosticado que as escolas de medicina estão formando para

o mercado e não para o atendimento da população. Nesse sentido, foi proposto que a grade curricular dos cursos de medicina deve ser revista, e deve ser estimulada a formação de mais médicos geriatras e generalistas, permitindo assim que a futura população de idosos no Brasil tenha um atendimento satisfatório em todo o sistema de saúde.

Foi mencionada também, quanto à gestão, as dificuldades de coordenação dos entes da federação. Também foi destacada a importância das políticas de médico da família.

Também é necessário repensar o modelo de financiamento do Sistema Único e Saúde (SUS), pois o modelo atual não será capaz de suportar a crescente demanda da população de idosos e de suas morbidades.

Foi ainda apontado que estaria ocorrendo um esgotamento do setor de planos de saúde privados, com tempo de espera cada vez mais longos, e isso deverá sobrecarregar ainda mais o setor público.

Apesar da taxa de mortalidade infantil estar em nível mais baixo (neste item não houve um consenso entre os integrantes), os valores ainda são altos em comparação com outros países. Alguns grupos populacionais (baixa renda, indígenas), determinadas regiões do país (Norte e Nordeste) e muitas grandes cidades ainda apresentam índices elevados, havendo a necessidade de uma maior interação entre os entes federados (União, Estados e Municípios) na constituição de novas políticas públicas para superar este problema.

A mortalidade de jovens de baixa renda e negros nas grandes cidades não está sendo enfrentada pelo Estado. Pelas mudanças demográficas, a taxa de homicídios provavelmente cairá daqui a 15 anos, mas se contentar com isso é inaceitável e deve-se implantar uma política pública de redução de homicídios com efeitos especialmente sobre a juventude. É necessária a adoção de políticas públicas que procurem inserir este grupo populacional no mercado de trabalho, dando a eles oportunidade de ascensão social. As políticas focadas na repressão policial devem ser revistas.

Também foi mencionado que é necessário pensar políticas que tenham como foco a comunidade e não o indivíduo ou a família. Isso pode ajudar a reduzir a violência causada pela falta de coesão nas grandes comunidades recentes. Houve quem afirmasse que já há investimentos sendo realizados em favelas/comunidades e políticas estão sendo desenhadas para os 149 municípios em

que ocorrem mais homicídios. Foi lembrado que há um programa voltado para territórios etno-educacionais e que o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), que agora perdeu o fôlego, trabalhava com o conceito de territórios da paz.

Educação

Houve um consenso entre os participantes quanto à necessidade de melhorar a qualidade no sistema educacional brasileiro, especialmente nas escolas públicas. Como o processo de universalização da educação já foi atingido, os esforços do Estado devem ser direcionados para melhorar a qualidade no serviço prestado à população. No entanto, persiste uma grande parcela de jovens, moradores de áreas precárias, que não terminaram o ensino fundamental. Há ainda muitos que terminaram o ensino médio, mas que não estão continuando os estudos. Falta investimento na capacitação desses jovens, apesar de o governo estar investindo mais na educação para o trabalho. Também foi mencionada pesquisa que apontou que é a população de baixa renda que acessa as escolas mais precárias. Para superar isto é necessário que a comunidade se aproprie das escolas, como os exemplos de projetos com idosos que participam do espaço escolar, e é preciso integrar mais os entes da federação, pois a educação infantil e o ensino fundamental são de responsabilidade dos municípios, sendo necessário maior interação entre Municípios, Estados e Governo Federal para superar este gargalo no sistema educacional brasileiro.

Foi ainda mencionado que os pobres e negros que não tiveram ensino básico de qualidade, quando acessam às universidades, o fazem através do sistema privado. Enquanto os jovens de renda mais alta tendem a ingressar no ensino superior público. Mas foi lembrado aprovação recente de lei que estabelece 50% das vagas de universidades federais para alunos provenientes da rede pública.

O bônus demográfico pode contribuir para melhorar a qualidade do sistema educacional, pois, ao reduzir o número de crianças que irão acessar o sistema educacional no futuro, permitirá que a relação aluno/professor caia, permitindo assim que o professor em sala de aula possa dedicar maior atenção a cada aluno, contribuindo assim para uma melhoria no aprendizado de cada um.

A melhoria dos níveis salariais dos professores foi um dos temas destacados pela maioria dos participantes. Porém, esta é uma

condição necessária, mas não suficiente, para assegurar a melhoria na educação brasileira. Também foi mencionada a dificuldade de professores em se capacitar.

A política educacional deverá ser repensada, dando maior enfoque ao ensino básico, especialmente a educação infantil, e também à qualidade do ensino médio (profissionalizante), proporcionando aos estudantes que terminam este ciclo acesso ao mercado de trabalho de forma plena e satisfatória. Na educação infantil deve-se priorizar a ampliação das creches escolares, pois a cobertura maior deste nível permitirá às mulheres de mais baixa renda (pretas e pardas) melhor inserção no mercado de trabalho. Houve quem se declarasse preocupado pelo fato da responsabilidade da educação infantil ser do âmbito municipal e defendesse investimento prioritário na infância. Foi destacado também a importância de escolas integrais.

A geração reconhecida na literatura como Nem-Nem (Nem Trabalha, Nem Estuda), deve ser foco de políticas públicas específicas, adequando o sistema educacional a suas expectativas/necessidades, e também criando mecanismos de acesso deste grupo populacional jovem ao mercado de trabalho.

A expansão do ensino superior deve ser estimulada nos próximos anos, mas houve quem defendesse que não devamos ter como meta almejar os indicadores apresentados por alguns países europeus (Inglaterra, por exemplo), pois estes países realizaram um esforço muito grande de qualificação de sua mão de obra, porém os benefícios econômicos foram marginais, além do que a sociedade precisa de qualificações que prescindem de formação em ensino superior. Além disso, foi mencionado que se o atual Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni) ampliou as vagas nas universidades federais, há problemas na implementação, como insuficiência de salas e professores.

Foi mencionado ainda que precisamos pensar nos valores e crenças que a educação está transmitindo, pois é preciso quebrar preconceitos, estereótipos e discriminação. Um exemplo da discriminação se dá no mercado de trabalho, onde as mulheres, que hoje já apresentam maior escolaridade que os homens, ainda recebem salários inferiores.

Sugestões

Em síntese, o debate indicou que as políticas públicas brasileiras não estão preparadas para atender de forma adequada as transformações demográficas que o país vem passando, e que serão ampliadas nas próximas décadas. Torna-se necessário que o Estado aprimore as políticas atuais e ao mesmo tempo proponha novas políticas públicas capazes de enfrentar o desafio que a transição demográfica impõe à sociedade brasileira. Em decorrência deste cenário, o grupo apontou para os seguintes consensos:

- Foco das políticas públicas ao atendimento da população idosa, especialmente na área de saúde. Criação de uma carreira profissional regulamentada de cuidadores de idosos;
- Ampliação dos direitos (trabalhistas e de seguridade social) das mulheres em idade reprodutiva, estimulando assim a ampliação da Taxa de Fecundidade Total (TFT) da população;
- Para elevar a TFT foi recomendado que sejam criados mecanismos que ampliem os direitos trabalhistas e previdenciários dos casais, especialmente mulheres em idade reprodutiva. Outra medida sugerida para enfrentar esta questão é a revisão da política brasileira de imigração. Os debatedores sugeriram que esta seja flexibilizada, permitindo assim um aumento no fluxo de imigrantes estrangeiros em direção ao Brasil;
- Implementação de políticas públicas específicas, com a finalidade de reduzir o hiato socioeconômico entre homens e mulheres, brancos e as demais raças. As políticas de cotas não são capazes de superar este desafio, é necessário sua ampliação e/ou substituição por mecanismos mais eficientes, os quais permitam às minorias acesso de forma mais igualitária ao mercado de trabalho;
- A grade curricular dos cursos de medicina deve ser revista, e deve ser estimulada a formação de mais médicos geriatras e generalistas, permitindo assim que a futura população de idosos no Brasil tenha um atendimento satisfatório em todo o sistema de saúde;

- A mortalidade de jovens de baixa renda e negros nas grandes cidades deve ser enfrentada pelo Estado, através da adoção de políticas públicas que procurem inserir este grupo populacional no mercado de trabalho, dando a eles oportunidade de ascensão social;
- A política educacional deverá ser repensada, dando maior enfoque ao ensino básico, especialmente a educação infantil, e também a qualidade do ensino médio (profissionalizante), proporcionando aos estudantes que terminam este ciclo acesso ao mercado de trabalho de forma plena e satisfatória;
- Na educação infantil deve-se priorizar a ampliação das creches escolares, pois a cobertura maior deste nível permitirá às mulheres de mais baixa renda (negras e pardas) melhor inserção no mercado de trabalho; e
- Criação de um Plano Diretor de uso e ocupação do território nacional.



cgge



Ministério do
Planejamento

G O V E R N O F E D E R A L



PAÍS RICO É PAÍS SEM POBREZA